

UMA CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA PERIFERIA URBANA DE UBERLÂNDIA-MG

MICHELLY DE LOURDES LOPES¹
JULIO CESAR DE LIMA RAMIRES²

Introdução

A discussão sobre questões referentes a periferia é realizada não apenas pela Geografia, mas também por sociólogos, historiadores, arquitetos e urbanistas. Neste sentido, ao se tratar sob uma perspectiva geográfica a temática da periferia urbana, faz-se necessário ter em mente algumas considerações elaboradas a respeito do tema, sendo que é preciso considerar os agentes que interferem tanto na produção e transformação dos usos do espaço urbano. De acordo com Almeida:

A organização espacial de uma cidade é o resultado da forma diferenciada com que os agentes apropriam-se do espaço urbano, o que a torna fragmentada tanto em função dos usos do solo como também em relação às classes sociais, pois segundo as regras do jogo capitalista, a terra constitui-se numa mercadoria, e, assim, sua apropriação esta condicionada ao poder aquisitivo dos diferentes agentes. (ALMEIDA, 1996, p.31)

Corrêa foi um dos autores brasileiros que procurou por especificar, nos seus estudos, quem produz o espaço urbano, comentando, que, nesse período capitalista, o espaço urbano:

(...) fragmentado, articulado, reflexo, condicionantes social, cheio de símbolos e campo de lutas - é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendrada por agentes que produzem e consomem espaço. (CORRÊA, 1986, p.11)

Segundo o referido autor, esses agentes, seriam os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os proprietários imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Ainda segundo o autor:

(...) a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, (...) que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante. [...] É importante notar que as estratégias que esses agentes adotam variam no tempo e no espaço, e esta variabilidade decorre tanto de causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao movimento geral de acumulação capitalista e dos conflitos de classe. (CORRÊA, 1989, p.12-13)

Assim, ao se considerar a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, é compreensível a segregação e diferenciação que ocorre no espaço urbano em vistas da acumulação desigual de capital, tendo conseqüências refletidas no modo de vida da sociedade, conforme comenta Moura:

¹ Graduanda da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia. Av João Naves de Ávila, 2121. Sala 1H08 – Bloco H – Campus Santa Mônica – CEP.: 38408-100 – Uberlândia, MG. E-mail: michelly_geo@yahoo.com.br

² Prof. Dr. da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia. E-mail: ramires_julio@yahoo.com.br

O estudo do processo de expansão periférica deve basear-se no entendimento do desenvolvimento capitalista no Brasil, bem como nas suas conseqüências para a estruturação do espaço urbano das cidades em geral, visto que a periferização representa a acumulação desigual de capital, refletida nas condições de moradia, fator determinante da segregação espacial urbana. (MOURA, 2003, p.24)

Além disso, a referida autora ainda critica a visão comum e simplista de que uma área periférica é apenas aquela distante da área central de uma determinada cidade, sem considerar aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais, que são determinantes para que se compreenda as condições sociais e modo de vida dos moradores, seja da região central ou da periférica.

Para Spósito (2004), o conceito de periferia urbana no Brasil precisa ser revisto, tendo em vista que esses espaços vêm passando por profundas transformações no seu conteúdo sócio-espacial, tais como, os conjuntos habitacionais implantados pelo poder público para grupos de menor poder aquisitivo, loteamentos clandestinos produzidos pelas práticas de auto-construção, e condomínios fechados para grupos de maior renda e a implantação de shopping centers. Assim sendo,

esta pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana revela novas práticas socioespaciais, novas formas de diferenciação e segregação urbana e, por fim, aponta para uma fragmentação territorial e social da cidade. (SPOSITO, 2004, p. 116)

Dessa forma, objetivando-se identificar as transformações recentes na periferia urbana da cidade de Uberlândia (MG), partiu-se de alguns questionamentos, a fim de que fosse possível realizar uma caracterização dos padrões de uso e ocupação nos espaços periféricos da cidade nas últimas décadas, identificando ainda seu conteúdo social, dando ênfase aos principais problemas na infra-estrutura e no acesso aos serviços públicos nessa área. Para possibilitar tais estudos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática como um todo, a qual foi seguida de um levantamento histórico da evolução e desenvolvimento do município em estudo. Além disso, foi proposta a delimitação da área de estudo, sendo a mesma especificada com base, primeiramente, no papel que o município de Uberlândia ocupa no cenário do Triângulo Mineiro, sendo uma cidade com acelerado crescimento econômico, social e urbano, sendo classificada como uma cidade média. A partir da especificação do município a ser analisado, definiram-se as áreas urbanas a serem mais profundamente observadas, ou seja, de acordo com critérios espaciais e de localização, optou-se por selecionar os bairros periféricos (aqueles localizados nas proximidades do perímetro urbano) como objeto de estudo.

Evolução do conceito de periferia urbana: algumas considerações preliminares

A fim de promover melhor entendimento acerca da temática das periferias, é preciso, primeiramente, se atentar ao fato de que o crescimento da periferia brasileira foi acentuada durante a década de 1950, momento em que o Brasil atravessava a segunda etapa de sua industrialização, fator que colaborou decisivamente para que ocorresse o êxodo rural e processo de urbanização mais efetivo. Dessa maneira, essa população recém chegada às áreas urbanas, com a necessidade de ter um local para moradia, irá ocupar as áreas periféricas das cidades, visto que as áreas centrais já se encontram extremamente ocupadas, especialmente por atividades comerciais.

Nesse momento, entra em cena a ação dos proprietários fundiários (CORRÊA, 1986), que objetivam a transformação de suas terras rurais em loteamentos urbanos, prontos para serem comercializados com preço mais elevado. Aos promotores imobiliários cabe a função de transformar as terras em mercadorias, a partir da construção e comercialização de imóveis. O Estado, também participando dessa lógica da produção do espaço urbano, tem a função de criar os loteamentos periféricos, disponibilizando também a infra-estrutura necessária (água, iluminação, sistema viário, esgoto, etc.) para que esses espaços se tornem passíveis de construção, comercialização e posterior habitação. Por fim, o morador com baixa renda que pretende habitar essas áreas, sendo membro pertencente ao grupo social excluído, deve se submeter às decisões já tomadas pelos demais grupos, e para conseguir a moradia, tem como alternativas: loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais ou as favelas. Assim, ainda tratando-se da dinâmica que envolve o processo da transformação da terra como mercadoria, é importante salientar a ação da especulação imobiliária, que transforma os vazios periféricos em instrumentos de negociação em vistas do crescimento horizontal da cidade, que passa a ter necessidade de ocupação dessas áreas até então, desprezíveis para o poder público. É nesse momento em que ocorrem desapropriações da população pobre em virtude da expansão e reprodução do capital imobiliário

Dessa forma, ao buscar referências sobre estudos prévios acerca das periferias urbanas, constatou-se que a partir da década de 1970 até meados de 1980, os estudos passaram a sofrer influência do “marxismo estruturalista”, sendo que as análises realizadas sobre o espaço urbano passaram a considerar mecanismos de exploração e opressão analisados a partir do modelo de produção capitalista. Assim, Manuel Castells, com sua obra “A questão urbana”, inicia esse novo período considerando os conflitos existentes entre as classes sociais urbanas, afirmando que seriam esses conflitos os responsáveis pela organização espacial da cidade. Assim, segundo Santos, com esse novo enfoque marxista guiando os estudos sobre a dinâmica urbana “ganha destaque a noção de segregação (...) e torna-se central para compreender a produção e a apropriação do espaço na cidade, sendo agora tratada segundo uma abordagem da economia política, com forte inspiração em Castells.” A discussão centro e periferia aplicado à escala intra-urbana marcou de forma significativa a produção acadêmica sobre a temática urbana nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Os modelos de organização interna das cidades utilizados em muitas destas pesquisas, procuravam destacar as diferenças entre a ocupação periférica pelas classes sociais de maior poder aquisitivo nas cidades norte-americanas, em contraste com o padrão de ocupação das periferias nas cidades latino-americanas, ocupadas por populações de baixo poder aquisitivo, que ocupavam esses espaços sem infra-estrutura e serviços públicos. Deve-se destacar que, muito dessa produção foi elaborada a partir da análise das grandes metrópoles, não tendo preocupação com este tipo de análise para as cidades de porte médio, que foram progressivamente ganhando espaço no processo de urbanização do Brasil.

Entre meados da década de 1980, e o início da década de 1990, surgiu uma nova abordagem que podia ser observada como nova tendência nas periferias urbanas, especialmente nas áreas metropolitanas, a de uma “heterogeneização sócio-espacial da periferia”, ou seja, a periferia que antes dava uma visão de ser um local para a população de baixa renda, ganha agora uma nova visão, pois a classe média passa a se instalar também nessas regiões. Essa classe média poderia ser originária da própria periferia, que teria alcançado rendas mais elevadas a partir da realização de atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços (atividades essas cada vez mais presentes nas áreas periféricas), ou mesmo uma classe média vinda das áreas centrais do município, que teriam a necessidade de mudança a partir da perda de poder aquisitivo ou mesmo devido ao aumento no valor do solo urbano nas áreas centrais do município. (SANTOS, 2007).

A partir do século XXI, novas idéias a respeito das periferias estariam surgindo, visto a implantação de condomínios fechados destinados às classes com poder aquisitivo mais elevado, juntamente com áreas industriais, ou seja, uma nova noção de periferia estaria começando a ser aceita, Segundo Santos (2007):

Desta forma, a periferia passa a ser entendida não só como locus da segregação imposta às classes pobres, mas também da auto-segregação de classes abastadas em 'fuga' do núcleo metropolitano devido aos fatores de deseconomias de aglomeração. De acordo com essa visão, as periferias brasileiras estariam cada vez menos vinculadas a um conteúdo específico de classe, existindo uma 'periferia pobre' e, cada vez mais, uma 'nova periferia rica', constituída por condomínios fechados, que estaria transformando e dualizando a periferia tradicional.

Ainda seguindo essa visão, Ramires e Soares consideram a heterogeneidade da periferia e, além disso, refletem sobre a apropriação desigual de seus espaços, facilmente identificada através da variedade de tipos de usos do solo e construções que podem ocorrer nas áreas periféricas, o que demonstra claramente a segregação sócio-espacial, e complementam a respeito do condomínios fechados, salientando que:

(...)o condomínio exclusivo representa um rompimento no tempo e no espaço com a cidade, ou seja, são espaços que procuram reproduzir uma dinâmica territorial interna que não é a da cidade, além de tentar criar uma situação artificial de solidariedade, de comunidade harmônica, e de um padrão de segurança fora da realidade urbana. (RAMIRES e SOARES, 2002, p.375)

Caracterização do município de Uberlândia-MG

Uberlândia está localizada na região Sudeste do Brasil, a oeste do estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com uma área de 4117,31 Km². Segundo a contagem da população realizada pelo IBGE, no ano de 2007 o município contava com 608.369hab., sendo que, desse total, a maior parcela é residente na área urbana. Levando-se em consideração o censo do IBGE no ano 2000, a população total de Uberlândia era de 500.095hab, e desse total, 97,5 % era residente na área urbana, e apenas 2,5% residia nas áreas rurais do município, conforme apresentado na Tabela 1.

Além disso, ainda podemos observar de acordo com a tabela 1 a evolução populacional do município, que vem crescendo desde a década de 1970, tendo diminuído gradativamente a população rural e aumentado cada vez mais sua população urbana

Tabela 1: População do município de Uberlândia-MG

Anos	Urbana	Rural	Total
1970	111.466	13.240	124.706
1980	231.598	9.363	240.961
1991	358.165	8.896	367.061
2000	487.887	12.208	500.095

Fonte: BDI – Uberlândia, 2006

Ainda segundo o IBGE, se considerada uma taxa de crescimento populacional de 3,34% ao ano, pode ser obtida uma tabela com projeções para o crescimento populacional de Uberlândia, sendo que, em 2025, se o ritmo de crescimento se mantiver equilibrado, o município contará com uma população total de mais de 1 milhão de habitantes, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Projeção da evolução populacional do município de Uberlândia

Ano	População	Ano	População	Ano	População
2000	502.414	2010	660.661	2020	910.535
2001	516.870	2011	681.078	2021	940.050
2002	529.411	2012	704.840	2022	971.089
2003	542.541	2013	727.250	2023	1.003.189
2004	570.042	2014	751.475	2024	1.036.903
2005	585.262	2015	775.542	2025	1.071.120
2006	600.368	2016	800.480		
2007	615.345	2017	826.318		
2008	630.218	2018	853.086		
2009	645.116	2019	881.814		

Fonte: IBGE

Conforme destacam Amorim Filho e Rigotti (2003), a definição qualitativa e a delimitação demográfica sempre foram as duas grandes dificuldades no estudo das cidades médias. Os referidos autores, preocupados com os limiares na definição de cidades médias em Minas Gerais, estabeleceram quatro níveis de agregação dessas cidades, a saber:

- nível 1: capitais regionais com mais de 500 mil habitantes;
- nível 2: cidades médias de nível superior, com população maior que 200 mil habitantes;
- nível 3: cidades médias, propriamente ditas, com menos de 50 mil habitantes e até mais de 160 mil habitantes;
- nível 4: cidades médias de nível inferior, com população entre 10 e 50 mil habitantes.

Considerando a cidade de Uberlândia, que vem passando por um conjunto significativo de transformações na sua morfologia nas últimas décadas, fruto da sua progressiva inserção na dinâmica capitalista nacional, alguns autores já destacam que ela não poderia mais ser classificada como uma cidade média tendo em vista as profundas mudanças materializadas na sua estrutura interna, bem como na sua rede de relações com outras cidades. O município de Uberlândia tem um papel fundamental como “município pólo” na microrregião de Uberlândia, sendo responsável por oferecer atendimento na área de saúde, ensino e postos de trabalho para as populações dos municípios mais próximos, configurando, assim, uma rede de relações com os municípios vizinhos.

Neste sentido, conforme observamos, Uberlândia desenvolve assim um papel polarizador na região do Triângulo Mineiro, em relação ao comércio, consumo e serviços, sendo que, possui um número significativo de empresas, um pólo industrial desenvolvido e oferece inúmeros serviços à população. Em relação à saúde, por exemplo, em Uberlândia se encontra o Hospital de Clínicas de Uberlândia, integrado à Universidade Federal de Uberlândia, que ajuda na formação de profissionais da saúde e ainda promove o atendimento à população da cidade e dos municípios vizinhos, já que o hospital conta com equipamentos de alta complexidade, o que serve como atrativo às populações vizinhas que criam fluxos em busca de melhores atendimentos. Além disso, em relação as empresas que se encontram instaladas no município, estão, dentre elas, empresas de grande renome, tais como a Arco, Bombril, Cargil Agrícola S/A, Carrefour Comércio e Indústria Ltda, Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, Petróleo Brasileiro S/A Petrobrás, Souza Cruz S/A, dentre outras.

Breve Histórico da evolução urbana de Uberlândia-MG

Ao se pensar no processo de urbanização e expansão urbana de Uberlândia, deve se considerar, primeiramente, a conceituação desse processo, segundo sugere Spósito.

O conceito de urbanização contém, para nós, a idéia de processo. Por isto, remete à análise da origem e evolução das cidades, às transformações de ordem política socioeconômico, às manifestações de caráter cultural e ideológico, às revoluções e contra-revoluções, à ciência e ao nosso cotidiano. Colocando assim, a urbanização é considerada em sua dimensão temporal. (SPÓSITO, 1993, p.64)

Assim, tendo em vista a noção de processo, considera-se que a urbanização e expansão urbana de Uberlândia foram intensificadas há quatro décadas, entretanto, as mudanças na paisagem urbana da cidade se iniciaram já em 1940, com o advento da industrialização e o aumento no êxodo rural (Moura, 2003). Assim, a partir da década de 1940, a paisagem urbana da cidade começa a se modificar, e juntamente a isso, a população também adquire novos costumes que acompanham o novo modo de vida urbano. Nas décadas de 1940 e 1950 as maiores inovações observadas na cidade foram as construções de prédios, com mais de 4 pavimentos, levando ao início de uma verticalização urbana. Além disso, nesse período também iniciou-se o asfaltamento da cidade, a fim de facilitar o transporte e atender a reivindicações da população.

Na década de 1960 foi marcante, ainda, a implantação de centros comerciais e supermercados, e a criação de um canal próprio de retransmissão, a TV Triângulo (ALMEIDA, 1991). Assim, a década de 1960 foi um marco no crescimento populacional, na modernização e na implantação de serviços que atendessem a crescente demanda populacional, conforme Moura (2003, p. 19)

Nesse período, ocorreram várias mudanças no espaço urbano de Uberlândia, como o alargamento do sítio urbano, por meio da expansão das periferias, principalmente, com a implantação dos conjuntos habitacionais, associado ao processo de verticalização da área central [...]; e também à criação do setor industrial, que [...] dotou a área e seu entorno de valorização, ao mesmo tempo em que propiciou a criação de bairros para abrigar a população que lá trabalha.

Desta maneira, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo intenso crescimento populacional, com a chegada de migrantes que ocupavam postos de trabalho oferecidos pelas indústrias da cidade, visto que cada vez mais, Uberlândia intensificava sua industrialização, aumentando seu parque industrial. Esses migrantes acabavam buscando moradia nas áreas periféricas da cidade, o que ocasionou uma alteração na dinâmica espacial urbana, gerando expansão da periferia urbana de forma desordenada, da mesma forma que ocorria com o crescimento vertical principalmente na área central.

Nas décadas seguintes, foi observado então, um maior desenvolvimento dos centros comerciais, chegando a ocorrer a instalação de grandes redes nacionais e multinacionais na cidade, como o Pão de Açúcar, o Makro, e o Carrefour. Essas instalações foram decisivas para o desenvolvimento do município, que passou a atrair ainda mais consumidores de outras cidades, especialmente do Triângulo Mineiro e do Sul de Goiás. (ALMEIDA, 1991).

Na década de 1990, com o Plano Diretor da cidade já implantado, a cidade inicia uma nova dinâmica urbana, com o crescimento horizontal e vertical, sendo que os edifícios passam a ser construídos tanto na área central e seu entorno mais imediato, surgindo inclusive, um novo tipo de construção nas áreas mais periféricas da cidade, os condomínios horizontais fechados, que em geral, atendem a uma população com renda mais elevada.

Assim, conforme já citado, o Plano Diretor de Uberlândia implantado no início da década de 1990, teve importante função na regulamentação das ações em prol do desenvolvimento urbano e ambiental, sendo que, segundo o artigo 2º de tal Plano Diretor, este deve ser tido como:

(...) o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental de Uberlândia, tendo por objetivo orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada, bem como atender às aspirações da comunidade, constituindo-se na principal referência normativa das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico. (Plano Diretor do Município de Uberlândia, 2006)

Neste sentido, a partir da implantação do Plano Diretor, o município de Uberlândia passou a contar com um conjunto de leis que regem a atuação dos diversos agentes sociais no espaço urbano da cidade. Assim, tendo tal documento como base, e o aparato teórico desenvolvido, é possível que seja realizada uma espacialização e caracterização da periferia urbana de Uberlândia, apontando alguns traços principais de sua organização e ocupação sócio-espacial.

Caracterização da periferia urbana de Uberlândia-MG

Tendo como base a metodologia pré-estabelecida, serão definidos os bairros a serem considerados como periféricos da cidade de Uberlândia, conforme o mapa 1. Em áreas periféricas da cidade, a autoconstrução (figura 1) é identificada e em geral, compõe o cenário de bairros pobres, ocupados pela população de baixa renda. Assim, visto sua condição econômica desfavorecida, essas pessoas atuam como construtores de suas próprias moradias nos momentos de tempo livre, envolvendo nesse processo, toda a família. Para Cordeiro (2004), isso leva a uma economia nos gastos com mão-de-obra, além de favorecer que a construção seja efetuada com base nas necessidades espaciais e, sobretudo financeiras, disponíveis para a conclusão do processo, que pode ser demorado em virtude das dificuldades financeiras. Embora seja a forma de habitação mais utilizada pela população de baixa renda não só na cidade de Uberlândia, mas em todo o Brasil, a autoconstrução apresenta, no entanto, alguns problemas no que se refere, especialmente, ao processo de edificação, visto que os moradores realizam a obra sem acompanhamento ou estudo técnico, o que pode causar problemas de infra-estrutura comprometendo a segurança dos indivíduos residentes. Na figura 1, é visível a pouca ou nenhuma infra-estrutura da área, sem energia elétrica, asfaltamento ou rede de água e esgoto nas residências em parte do loteamento Joana D'Arc. A área é ocupada por famílias de baixa renda, que constroem suas casas muitas vezes com materiais encontrados em depósitos de lixo e materiais de construção, como lonas, pedaços de madeira, etc.

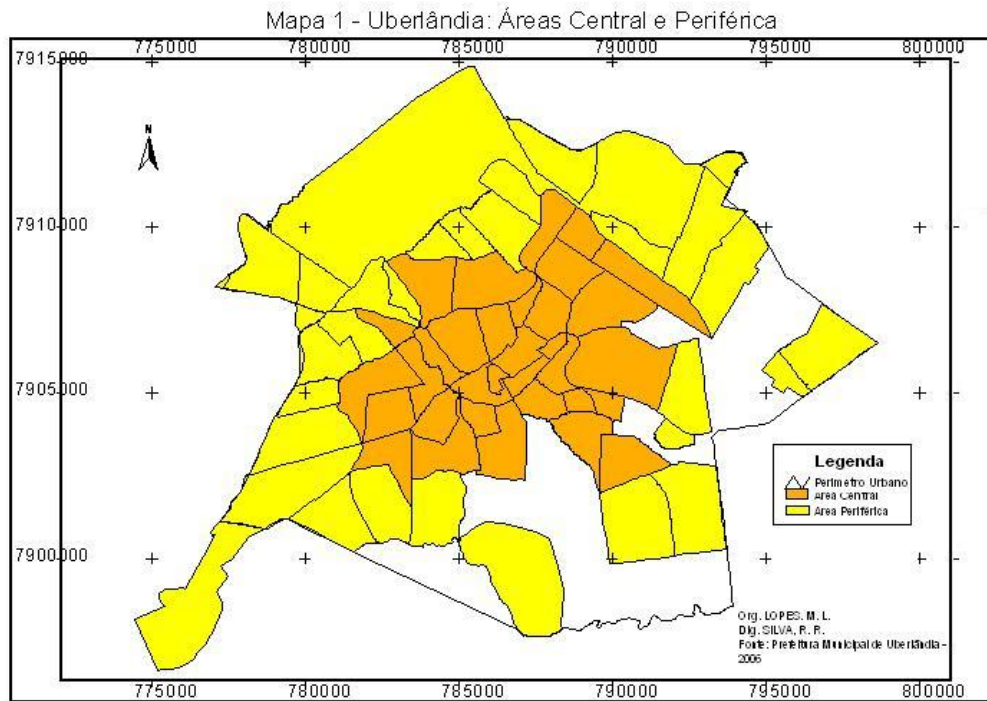


Figura 1: Autoconstrução no loteamento Joana D'Arc - 2008



Autora: LOPES, M. L. (Julho de 2008)

Juntamente com as autoconstruções, é possível observar em algumas áreas periféricas, a existência de loteamentos, que acabaram se tornando uma das formas mais utilizadas pela população de baixa renda para terem acesso à uma parcela de terra no solo urbano. Segundo Cordeiro (2004), essas áreas se caracterizam por um conjunto de pequenos lotes que são vendidos às famílias com um longo prazo para quitação do valor em prestações e, além disso, em geral, apresentam baixo investimento em infra-estrutura, conforme pode-se constatar no exemplo das figuras 1.

Entretanto, sabe-se que, de acordo com o novo padrão de ocupação periférica, é comum encontrar nas áreas mais afastadas dos centros urbanos o uso do solo definido para os condomínios horizontais fechados. Esse novo padrão de moradia tem sido procurado pela população com renda mais elevada, movidos à essas áreas em busca de se afastar da movimentação, poluição e violência das áreas centrais da cidade. Assim, os condomínios fechados apresentam segurança, com cercas elétricas e sistema de vigia com portaria, boa

infra-estrutura, com saneamento, sistema de coleta de lixo, energia elétrica (que em alguns casos é substituída ou concomitante à energia solar), água encanada e vias de circulação para automóveis e pedestres. Alguns condomínios contam também com outros serviços oferecidos aos moradores, tais como playground, cabeleireiro, quadras de esporte, pistas para caminhada e salão para festas. A esse respeito, Ramires e Soares (2002) complementam:

[...]o condomínio exclusivo representa um rompimento no tempo e no espaço com a cidade, ou seja, são espaços que procuram reproduzir uma dinâmica territorial interna que não é a da cidade, além de tentar criar uma situação artificial de solidariedade, de comunidade harmônica, e de um padrão de segurança fora da realidade urbana[...]. De acordo com Ramires (2001) criam-se verdadeiras minicidades, dotadas de vários equipamentos que isolam os indivíduos da cidade. [...] novas estratégias são criadas com a introdução de serviços – cabeleireiros, restaurantes, creches, berçários e academias.” (RAMIRES; SOARES. 2002. p.375-376)

Ao analisar a figura 2, que compreende uma visão aérea de um condomínio horizontal fechado de Uberlândia, observa-se a organização interna do mesmo, que segue um padrão, com sistema de vias de circulação para automóveis e pedestres, respeitando as quadras. Além disso, observa-se também a infra-estrutura interna, que conta com quadras de esportes, pista para caminhada e playgrounds para os condôminos, além de ser protegido por uma portaria e por muros, que cercam a área do condomínio, só sendo permitida a entrada de outros indivíduos no local com permissão dos moradores.

Figura 2 – Uberlândia: Visão aérea dos condomínios Gávea Hill 1 e 2 – 2007



Fonte: Google Earth, 2008

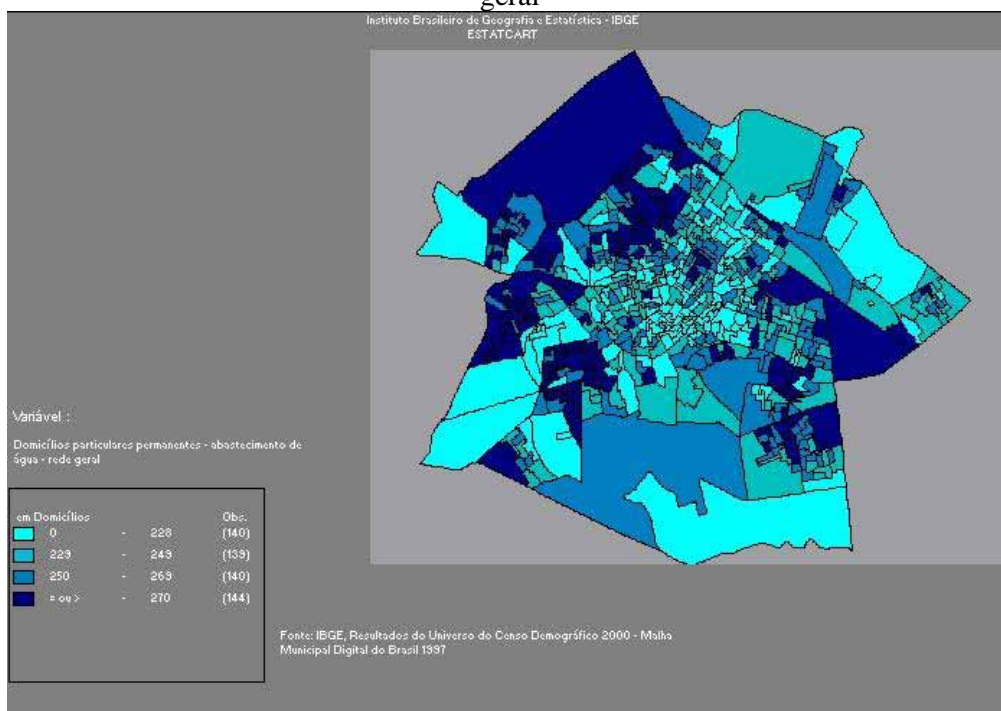
Visto isso, a fim de caracterizar socialmente a periferia urbana de Uberlândia, é primeiramente necessário que seja estabelecida a definição de setor censitário, que trata-se de uma “unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil”. Dessa forma, os dados a serem apresentados nas figuras a seguir, se referem aos setores censitários estabelecidos para a cidade de Uberlândia, de acordo com critérios do

IBGE, sendo esses dados referentes ao último censo demográfico realizado pelo IBGE no ano 2000.

Assim, na figura 3 tem-se a representação espacializada do número de domicílios particulares permanentes que possuem abastecimento de água através de rede geral. Com base na figura percebe-se que o número de domicílios por setor censitário que apresentam abastecimento de água por rede geral é relativamente alto, sendo que os setores que mais se destacam nesse sentido não estão localizados em uma área concentrada da cidade. Já os setores que apresentam menor número de domicílios com abastecimento de água por rede geral se localizam preferencialmente em áreas periféricas, o que, no entanto, não significa necessariamente um problema de abastecimento, pois em alguns domicílios nessas áreas, o abastecimento de água é realizado através de poços ou cisternas localizados no próprio terreno das residências.

Outra questão a ser considerada é de que a cidade de Uberlândia ainda apresenta áreas em expansão, o que influencia nessa análise visto que alguns bairros tem sofrido um recente crescimento, com a implantação de novas áreas destinadas à ocupação residencial, seja através de loteamentos, ou condomínios fechados. Assim, essas novas áreas, especialmente localizadas na porção sul e noroeste da cidade ainda são marcadas por vazios urbanos, o que leva a representação destas como possuidoras de menor número de domicílios com rede de abastecimento de água.

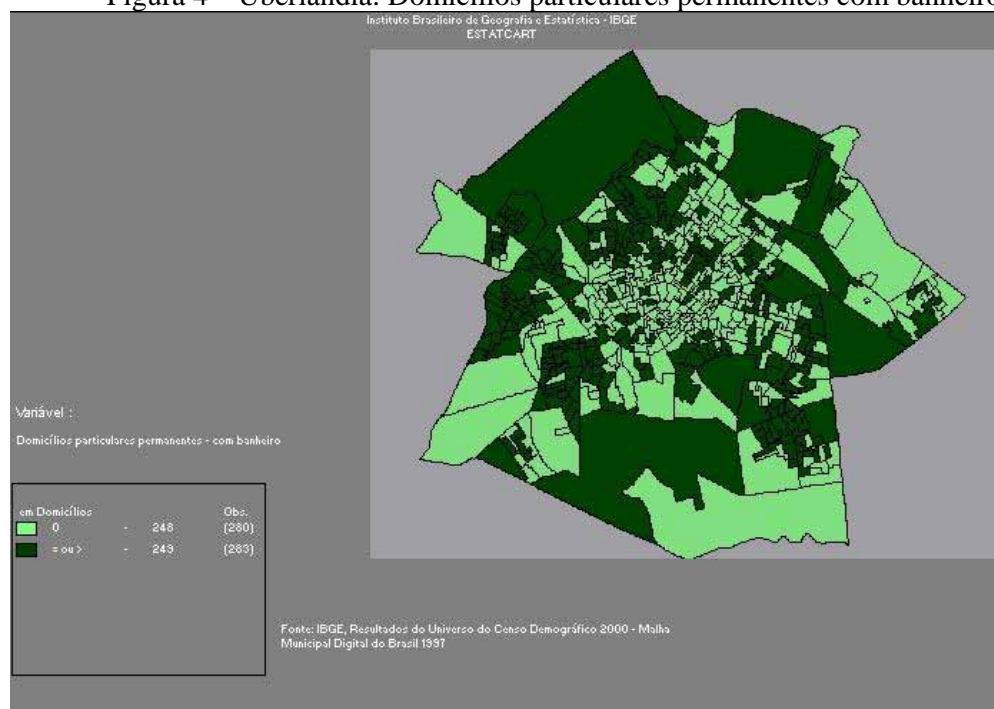
Figura 3 – Uberlândia: Domicílios Particulares Permanentes – abastecimento de água - rede geral



É importante, ainda, realizar análises com relação à infra-estrutura das residências, como demonstrado na figura 4, a respeito do número de domicílios particulares permanentes com banheiro por setor censitário. De acordo com a figura 4, percebe-se que de forma geral, a grande maioria dos domicílios da cidade possuem banheiro agregado, o que demonstra um bom padrão de habitação, com maior conforto e higiene. Os setores com maior concentração de domicílios com banheiro se referem àqueles bairros que tiveram origem baseada num

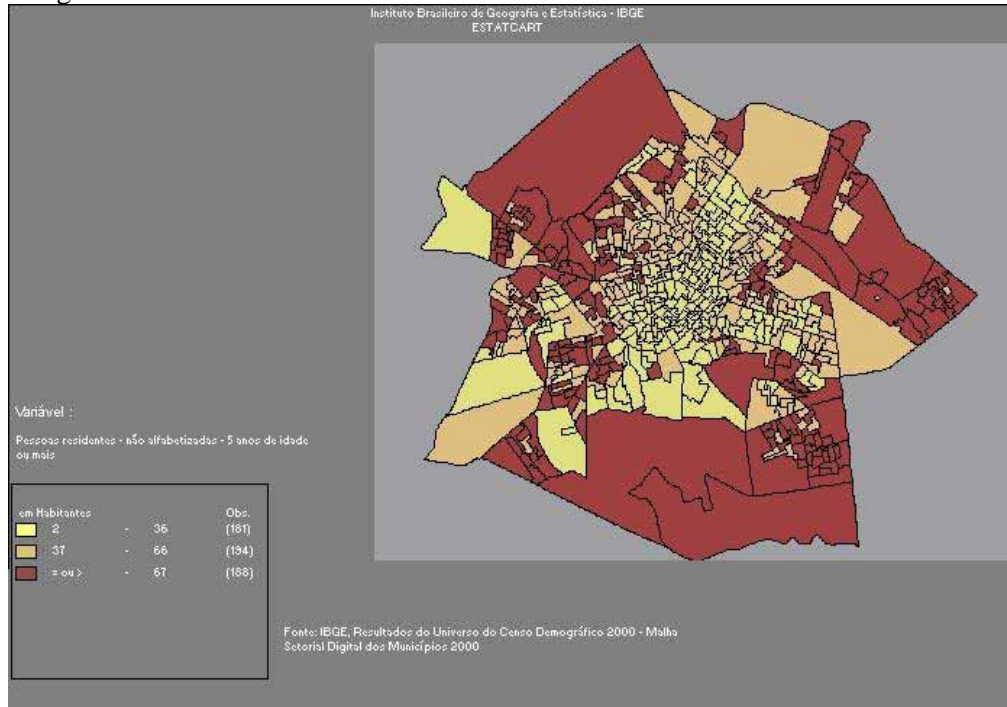
maior planejamento do que, por exemplo, nas áreas centrais. Além disso, é válido salientar que o número de domicílios encontrados na área central é menor, visto seu papel voltado às atividades comerciais, predominantemente. Observadas mais especificamente as áreas periféricas, é possível perceber, com vistas num processo relativamente recente de ocupação, que alguns setores apresentam um número elevado de domicílios com banheiro, consequência de loteamentos pré-construídos ou conjuntos habitacionais, já entregues com infra-estrutura adequada. Entretanto, deve-se salientar que existem famílias que enfrentam situação real com relação a falta de saneamento, e, mais especificamente nesse caso, em relação à infra-estrutura de suas residências, que não possuem condições adequadas de higiene

Figura 4 – Uberlândia: Domicílios particulares permanentes com banheiro



Tratando-se de questões no âmbito social, é importante que seja realizada uma análise de variáveis que identifiquem, por exemplo, o grau de alfabetização das pessoas residentes. Assim, em relação ao número de pessoas residentes não alfabetizadas, considerando uma faixa etária igual ou maior que 5 anos de idade (cf. figura 5), percebe-se sua disposição em maior grau nas áreas periféricas, onde de acordo com a legenda, 67 ou mais pessoas residentes por setor censitário não são alfabetizadas. A isso, diversos fatores podem estar relacionados, dentre eles a própria falha histórica na política educacional brasileira, que ainda apresenta um grande número de indivíduos não alfabetizados, situação que se agrava ao pensarmos no grande número de pessoas que abrem mão de seus estudos em prol do trabalho para o sustento da residência. Além disso, mais especificamente em Uberlândia, muitas pessoas residentes nas áreas demarcadas com maior problema de alfabetização são oriundas de outras cidades ou mesmo da zona rural, e chegam a Uberlândia em busca de melhores condições de vida, emprego e educação, especialmente para oferecer a seus filhos, visto que muitas vezes, os locais de origem dessa população não possuem esses equipamentos públicos adequados.

Figura 5 – Uberlândia: Pessoas residentes não alfabetizadas com 5 anos ou mais



Em relação à renda, percebe-se claramente que o maior rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios está localizado, predominantemente, na área central e em seus arredores. Isso é consequência da ocupação inicial urbana da cidade, que privilegiou a área central, a qual, posteriormente, foi reestruturada em prol das atividades comerciais e de serviços que ali se desenvolveram. Já nas áreas periféricas, deve-se ter em mente que diversos grupos sociais ocupam essas áreas, desde aqueles com menor renda até aqueles com alto poder aquisitivo, e é essa diferenciação de ocupação que gera as variações observadas.

A partir das ilustrações a seguir pode-se verificar que os espaços periféricos de Uberlândia possuem uma grande diversidade de padrões de uso e de conteúdo social. A figura 6 representa o setor Norte, no qual se localizam tanto áreas residenciais, onde residem famílias das classes com renda baixa a média, quanto o distrito industrial, composto por indústrias de diversos ramos como atacadistas, armazenamento, transportadoras, indústrias de cigarros, alimentos, produtos químicos, dentre outras. Na figura 7, é possível destacar o setor Leste em sua porção mais periférica, onde se localizam loteamentos como o Joana D'Arc (figura 9), composto por auto-construções habitadas pela população de baixa renda, que dividem o espaço, ainda, com áreas habitadas por uma população de renda elevada, no caso, o bairro Mansões Aeroporto (figura 8). Ainda é importante destacar o setor Sul de Uberlândia (figura 10), que corresponde a uma área em expansão, com alguns espaços vazios, mas que é ocupado especialmente, pelos condomínios horizontais fechados, e também por residências de alto padrão.

Figura 6 – Área periférica do Setor Norte de Uberlândia



Fonte: Google Earth, 2008

Figura 7 – Área Periférica do Setor Leste de Uberlândia



Fonte: Google Earth, 2008

Figura 8/9 – Setor Leste: Entrada do bairro Mansões Aeroporto/Rua no bairro Joana D’Arc



Autora: LOPES, M. L. (julho de 2008)

Figura 10 – Área Periférica do Setor Sul de Uberlândia



Fonte: Google Earth, 2008

CONCLUSÃO

Assim, a título de conclusão, é possível entender primeiramente, como o desenvolvimento econômico de Uberlândia gerou uma expansão urbana e populacional da cidade. Essa expansão levou a cidade a desenvolver e ocupar áreas que antes não despertavam interesse, mas que passaram a ser objeto de especulação pelos agentes imobiliários, sofrendo um aumento expressivo em seu valor. Entretanto, dentre as áreas que compõe a periferia urbana de Uberlândia, vale destacar que estas apresentam ocupação sócio-espacial diferenciada, sendo que algumas áreas são destinadas a loteamentos, enquanto outras são ocupadas pelos condomínios horizontais, uma forma de habitação atual. Assim, observa-se como o padrão de ocupação periférica, que originalmente se restringia a grupos sociais excluídos e de baixo poder aquisitivo, tem se alterado. Isso ocorre devido a busca das classes

média e alta pela distância da agitação do centro urbano, aliado ao desejo de proximidade com a natureza e maior segurança, pontos oferecidos pelos condomínios horizontais fechados, que localizam-se, basicamente, nas áreas periféricas da cidade.

Assim, com a alteração na ocupação sócio-espacial das periferias urbanas, é preciso que sejam pensadas políticas públicas adequadas que se adéquem a esse acelerado crescimento urbano, visando adaptar a infra-estrutura urbana a essa nova dinâmica instaurada, ampliando o número de equipamentos urbanos como escolas e hospitais, pensando no sistema de transporte e em questões como saneamento e abastecimento de água, a fim de que a população seja beneficiada.

Referências

ALMEIDA, Maria Aparecida. Uberlândia: as periferias e o mito do oásis social. 1996. Monografia (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1996.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os limiões demográficos na caracterização das cidades médias. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 13, n. 20, p. 21-38, 1 semestre de 2003.

BDI – Banco de Dados Integrados de Uberlândia. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, vol.1, 2006.

CORDEIRO, A. S., SILVEIRA, W. J. C. Loteamentos populares e autoconstrução em Florianópolis/SC: um estudo na Barra do Sambaqui. Florianópolis, out. 2004. Disponível em: <http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2004/078.pdf> Acesso em: julho de 2008

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1989. p.11-35.

DAVIDOVICH, F. Linhas de pesquisa para a geografia urbana no Brasil, uma contribuição. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 54, n. 4, p. 7-27, out./dez. 1992.

MOURA, Gerusa Gonçalves. Imagens e Representações da periferia de Uberlândia [MG]: um estudo de caso do setor oeste. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2003.

Prefeitura Municipal de Uberlândia – Plano Diretor 2006. Disponível em: <www.uberlandia.mg.gov.br> Acesso em: março de 2008

RAMIRES, J. C. L.; SOARES, B. R. Os condomínios horizontais fechados em cidades médias brasileiras. In: BARAJAS, L. F. C. (org) Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas. Cidade do México: Universidad de Guadalajara/UNESCO, 2002, p.373-396.

SANTOS, R. O. Periferias urbanas: ensaio de síntese da produção teórica brasileira. In: X Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2007, Florianópolis. Anais... Comissão Organizadora do X SIMPURB, 2007. 1 CD-ROM

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho cidades médias. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, 1 semestre de 2002.

SOUZA, M. A. A. de. Conexões geográficas: um ensaio metodológico. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 71, p. 113-127, 1992.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. Investigaciones Geográficas, Cidade do México, n. 54, p. 114-139, 2004.